



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e

Ciência,

Deputado Firmino Marques

Assunto: Requerimento para audição na Comissão de Educação e Ciência do Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues

O terceiro período arrancou sem que as escolas e os agrupamentos de escolas tenham recebido orientações claras do Ministério da Educação sobre o modelo de Ensino à Distância que deve ser implementado e os recursos que serão disponibilizados para o concretizar. Tanto o o mais recente Roteiro “8 Princípios Orientadores para a Implementação do Ensino a Distância (E@D) nas Escolas”, publicado em março, como o “9 Princípios Orientadores para Acompanhamento dos Alunos que Recorrem ao #estudoemcasa”, referente aos conteúdos televisivos, são demasiado vagos para evitar que algumas escola adotem estratégias erradas de Ensino à Distância.

Como consequência, há escolas e agrupamentos de escolas que estão a tentar reproduzir o modelo presencial, pedindo aos professores que transmitam aulas por videoconferência em horários predefinidos. Esta prática contraria todas as recomendações sobre Ensino à Distância, que privilegiam formas de trabalho assíncronas e autónomas. . Acresce que, em situação de confinamento em que o estudo convive com o teletrabalho, este modelo de aprendizagem pode revelar-se contraproducente para os alunos e muito difícil de implementar para os docentes.

Também no que respeita aos instrumentos de avaliação subsistem dúvidas. Nos ciclos de ensino que só terão avaliação interna, não existem orientações sobre a necessidade de não fazer refletir as desigualdades de acesso ao Ensino à Distância na classificação final.

Da mesma forma, muitos alunos do secundário ainda não sabem como vão aceder ao Ensino Superior. Com o Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril, o Governo alterou a forma de acesso ao Ensino Superior. É importante garantir que essa fórmula não cria discriminações entre alunos do mesmo ano de escolaridade e esclarecer as escolas os agrupamentos de Escolas sobre dúvidas que subsistem, como a aprovação final de alunos de 12º ano em disciplinas anuladas.

Estima-se que 50 mil alunos do ensino básico não tenham internet em casa. Além destes, há centenas de milhares de alunos - e alguns professores - que não têm computador próprio ou tablet nem possuem um smartphone com capacidade para as plataformas utilizadas pelas escolas. Muitas autarquias e entidades privadas estão a disponibilizar estes equipamentos às famílias ou às escolas sem que seja feito um levantamento nacional das necessidades. O Ministério da Educação não informou que forma irá garantir que todas as escolas têm equipamentos suficientes para responder a este problema.

Já quanto aos alunos com necessidades educativas especiais, a confirmação da suspensão das atividades letivas presenciais pelo menos até ao 3º ciclo trouxe novos desafios a que o Governo não respondeu com apoios específicos. O documento Orientações para o trabalho das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva na modalidade E@D [ensino à distância], que já estava a ser operacionalizado, não reforça a capacidade das escolas para responderem a estes alunos. Também não dá resposta às famílias que estão em casa com crianças com elevados graus de dependência e/ou com deficiências cujo acompanhamento especializado e/ou terapêutico era realizado através da escola.

O terceiro período do ano letivo 2019/2020 será uma experiência inédita para toda a comunidade educativa. Num momento dramático como aquele que estamos a viver, o que se exige ao sistema educativo, e à Escola Pública em particular, é que cumpra a sua missão constitucional de garantir igualdade e universalidade no direito à educação. Tudo é novo, é por isso que são necessárias orientações claras e medidas extraordinárias.

Nesse sentido, ao abrigo do Regimento da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues na Comissão de Educação e Ciência, com a máxima urgência, para esclarecimentos sobre o terceiro período, o apoio aos alunos e famílias, a estratégia de ensino à distância implementada, as condições profissionais dos docentes e a preparação do ano letivo 2020/2021.

Assembleia da República, 17 de abril de 2020.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua